



COMO A TECNOLOGIA PODE REDUZIR A DESIGUALDADE SOCIAL E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM COMUNIDADES CARENTES

Alerhandra Cunha Pentiado
Tifani Correa Silva

Linha temática – Tecnologia, economia e desenvolvimento humano: qual é a justa equação?

Resumo: Em um mundo em que a desigualdade social persiste, a tecnologia pode emergir como uma poderosa aliada na construção de um futuro mais justo e inclusivo. O presente estudo explorou como a tecnologia pode ajudar a reduzir a desigualdade social e promover o desenvolvimento humano inclusivo. A pesquisa destacou que a desigualdade limita o acesso a recursos básicos e perpetua a pobreza. O estudo revela que ao melhorar o acesso a serviços essenciais e promover a inclusão digital, a tecnologia pode democratizar oportunidades e contribuir para a melhoria da educação, saúde e emprego. Foi efetuada uma análise minuciosa, investigando como políticas públicas conseguem ser eficazes e iniciativas comunitárias podem ser cruciais para garantir que as tecnologias beneficiem as populações vulneráveis, mostrando a necessidade de mais estudos e projetos sociais para ampliar esse impacto positivo.

Palavras-chave: Tecnologia; desigualdade; inclusão.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um problema que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, limitando o acesso a recursos básicos como educação, saúde e emprego. Essa disparidade cria um ciclo vicioso de pobreza e exclusão, dificultando o desenvolvimento humano e econômico de comunidades inteiras. Em um cenário no qual as tecnologias avançam rapidamente, a questão central é como essas inovações podem ser aproveitadas para enfrentar e reduzir essas desigualdades. Com a aplicação adequada, as tecnologias têm o potencial de democratizar o acesso a oportunidades e serviços, promovendo um desenvolvimento humano mais inclusivo.

Para Rizzotti e Nalesso (2022), a tecnologia, ao impulsionar as transformações no mundo do trabalho, está ligada às dimensões econômicas e sociais, bem como às políticas que historicamente moldaram a sociedade e seus avanços. Em cada época, as formas de exploração do trabalho impactam a vida social e as manifestações da questão social. É igualmente essencial considerar a dimensão política, que é definida pela correlação de forças e disputas que, ao longo do tempo, influenciam os avanços nos direitos da classe trabalhadora.

Com base no exposto, reconhecer essas interações é crucial para entender e direcionar as futuras transformações tecnológicas de forma a promover um desenvolvimento mais justo. Desse modo, se tem como problema de pesquisa: *Como a tecnologia pode ser utilizada para reduzir a desigualdade social e promover o desenvolvimento humano inclusivo?* Considerando o problema de pesquisa, esse artigo sugere como objetivo geral, investigar como a tecnologia pode ser utilizada para reduzir a desigualdade social e promover o desenvolvimento humano inclusivo. Assim, enumeram-se, os seguintes objetivos específicos: a) Analisar como a tecnologia pode melhorar o acesso a serviços básicos (educação, saúde, finanças) para populações vulneráveis; b) Avaliar o impacto de programas de inclusão digital em comunidades carentes; c) Explorar iniciativas tecnológicas que promovem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

Para alcançar os objetivos estabelecidos, foi realizada uma pesquisa descritiva e além disso, adotou-se uma abordagem qualitativa. A organização deste trabalho envolveu uma revisão sobre

como a tecnologia pode ser utilizada para reduzir a desigualdade social e promover o desenvolvimento humano inclusivo. Contendo uma fundamentação teórica sobre o assunto, metodologia de pesquisa e subsequente, se tem os resultados da pesquisa discutidos, finalizando em conclusões que podem servir de guia para futuros estudos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico, exibe-se a fundamentação teórica, indispensável para o desenvolvimento do trabalho. Desse modo, será dividida do seguinte modo: Conceitos do desenvolvimento humano; Dimensões do desenvolvimento humano; A tecnologia como ferramenta para democratizar o acesso aos serviços básicos; Tendências emergentes na inclusão digital e seu impacto nas comunidades carentes; Iniciativas tecnológicas voltadas à inclusão no mercado de trabalho e Como o acesso ao mercado de trabalho pode reduzir a desigualdade social.

2.1. CONCEITOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O desenvolvimento humano é um processo contínuo de construção que se estende ao longo da vida dos indivíduos. Ele resulta de uma organização complexa e hierárquica que abrange desde os componentes internos do organismo até as relações sociais e a ação humana. Até meados do século XX, embora diferentes áreas do conhecimento estabelecessem parâmetros e critérios para estudar o desenvolvimento humano, não havia uma integração entre esses saberes, levando a pesquisas antagônicas e contraditórias (Sifuentes *et al.*, 2007). Enquanto as abordagens filosóficas do desenvolvimento consideravam-no uma ilusão, as ciências naturais estudam as mudanças ao longo do tempo como fenômenos reais e naturais, decorrentes dos processos evolutivos da espécie.

Em conformidade com Garrido e Barreto (2014), a evolução do estudo do desenvolvimento humano, adotando uma perspectiva mais integrada, também tem impactado o mundo dos negócios, especialmente na compreensão do sentido do trabalho e das relações que surgem no ambiente organizacional. Isso tem levado a uma ruptura com os modelos tradicionais de gestão, que antes se concentravam exclusivamente na produtividade e em aspectos econômicos, desconsiderando a busca por sentido e realização que os profissionais atuais buscam no mercado de trabalho. Essas mudanças refletem uma nova compreensão do papel do trabalho na vida dos indivíduos, promovendo um equilíbrio entre produtividade e satisfação pessoal.

Ainda para os autores, o *Índice de Desenvolvimento Humano* - IDH tem sido empregado pelos países membros da Organização das Nações Unidas - ONU como uma medida global e comparativa para avaliar o bem-estar das populações. Ele considera a longevidade uma possibilidade de uma vida saudável prolongada, a educação, acesso a uma educação de qualidade e a renda per capita, distribuição da renda. Desde 1990, o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* - PNUD publica anualmente os Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano.

Conforme Soares (2007), a vivência da proposta transdisciplinar do processo de desenvolvimento humano capacita o ser humano a abordar os problemas da humanidade de maneira global, integral, desinteressada e sustentável. Isso possibilita a implementação de ações concretas e eficazes para enfrentar as crises observadas em diversas nações, famílias e no próprio indivíduo. A consciência da responsabilidade individual e social nos relacionamentos, por sua vez, pode levar a decisões planejadas, com riscos e impactos cuidadosamente avaliados, em um contexto mais amplo.

Segundo Moura e Pereira (2017), o desenvolvimento humano tem sido objeto de estudos por um longo período, e sua compreensão conceitual tem evoluído significativamente. O IDH representa um marco importante nessa busca conceitual, pois vai além dos indicadores econômicos tradicionais, como a renda, ao incluir também índices relacionados à saúde e à educação. Esse conjunto de aspectos tornou-se a base para a avaliação do desenvolvimento humano globalmente.

Ademais, a contínua exploração e aprimoramento conceitual do desenvolvimento humano são essenciais para aprofundar a compreensão e promover avanços significativos na área.

O desenvolvimento humano é essencial para assegurar que os funcionários desempenhem suas tarefas com precisão e para garantir que as expectativas dos clientes sejam atendidas ou superadas após o uso dos produtos ou serviços da empresa. Em outras palavras, a implementação de métodos de desenvolvimento humano pode levar a um aumento significativo no desempenho organizacional (Colares, 2022). Assim, investir no desenvolvimento humano não apenas otimiza o desempenho dos funcionários, mas também fortalece a capacidade da empresa de atender e superar as expectativas dos clientes, impulsionando o sucesso organizacional.

2.1.1 DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O IDH foi introduzido em 1990 com o objetivo de medir o desenvolvimento em diferentes comunidades. Esta métrica baseia-se na ideia básica de que o pré-requisito para alcançar uma vida melhor, além de ter um bom nível de renda, é o florescimento e o desenvolvimento de talentos e capacidades humanas (Batalhão et al., 2018). Portanto, o IDH tem sido uma ferramenta fundamental para avaliar o desenvolvimento em diversas comunidades, enfatizando que uma vida melhor depende não apenas de uma boa renda, mas também do florescimento e do desenvolvimento das capacidades humanas.

Para o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH, o IDH é uma medida resumida do progresso de longo prazo, levando em conta três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Ainda conforme o SNIRH (2024):

- a. **Renda:** Refere-se à capacidade econômica das pessoas, geralmente medida pela renda per capita. A renda é um indicador de quanto os indivíduos conseguem ganhar, o que influencia seu acesso a bens e serviços que podem melhorar sua qualidade de vida.
- b. **Educação:** Inclui aspectos como a média de anos de escolaridade da população adulta e a expectativa de anos de escolaridade para crianças em idade escolar. É essencial para o desenvolvimento humano, pois proporciona conhecimento e habilidades que podem melhorar as oportunidades de emprego e qualidade de vida.
- c. **Saúde:** É avaliada principalmente pela expectativa de vida ao nascer. É um indicador crucial do bem-estar geral da população e reflete a capacidade de viver uma vida longa e saudável.

Para compreender o desenvolvimento humano, é essencial reconhecer que ele ocorre em etapas e não segue um padrão linear. Isso implica que, em áreas como linguagem, habilidade física, memória e atenção, pode haver progressos em um aspecto enquanto outros aspectos podem sofrer declínios simultaneamente em uma mesma fase da vida (Sant'Ana, 2021). Assim, entender o desenvolvimento humano envolve identificar os pontos críticos de avanço e declínio, além de aprender a estimular os avanços e lidar com os declínios de forma eficaz.

O objetivo do desenvolvimento humano vai além da simples satisfação das necessidades básicas, que são frequentemente definidas em termos de quantidades mínimas de bens essenciais, como comida, roupas e moradia (Pereira, 2009). Essa abordagem, focada na satisfação das necessidades básicas, concentra-se em bens cuja posse nem sempre reflete os desejos e aspirações das pessoas, podendo não representar adequadamente o que realmente importa para elas.

2.1.2 A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA DEMOCRATIZAR O ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS

Para Serique (2019), a tecnologia tem se mostrado uma poderosa ferramenta para democratizar o acesso aos serviços básicos, como educação, saúde e infraestrutura. Plataformas de ensino

online permitem que pessoas em regiões remotas ou de baixa renda tenham acesso a materiais educativos de alta qualidade. A inclusão digital refere-se à igualdade de acesso às tecnologias da informação e comunicação, incluindo a habilidade de usar essas tecnologias de forma eficaz. Isso é essencial para garantir que indivíduos de todas as origens, especialmente em comunidades desfavorecidas ou regiões remotas, possam participar plenamente da sociedade digital moderna.

Ainda para o autor, a inclusão digital vai além do acesso físico a computadores e à internet, abrangendo também a educação tecnológica, a alfabetização digital e o desenvolvimento de competências necessárias para o uso produtivo dessas tecnologias. No Brasil, as desigualdades sociais, culturais e geográficas agravam a segregação, e a chegada dos computadores e da internet inicialmente parecia prolongar essa disparidade. No entanto, a própria tecnologia, especialmente a internet, tem o potencial de democratizar o conhecimento e as oportunidades.

A tecnologia é uma poderosa ferramenta para democratizar o acesso aos serviços básicos, com sua integração na educação sendo um exemplo significativo desse potencial. A inserção de tecnologias digitais no ambiente educacional transformou o aprendizado, tornando-o mais dinâmico e interativo (UNICEF, 2024). Plataformas de aprendizagem online, softwares educacionais, realidade virtual e aumentada, e recursos multimídia tornaram-se essenciais para o ensino.

Também para o autor, essas tecnologias não apenas inovam na apresentação dos conteúdos, mas também criam um ambiente de aprendizado mais envolvente e personalizado, que atende às diversas necessidades e estilos de aprendizado dos estudantes. Ademais, o impacto da tecnologia na educação se reflete na democratização do acesso ao conhecimento. A internet tornou recursos educacionais de qualidade acessíveis a um público mais amplo, independentemente de localização geográfica ou contexto socioeconômico, promovendo assim uma sociedade mais igualitária e conectada.

Conforme Silva (2021), a tecnologia, especialmente as *Tecnologias de Informação e Comunicação* - TICs, têm o potencial de democratizar o acesso aos serviços básicos, revolucionando a comunicação, o compartilhamento de dados e o surgimento de redes virtuais. No entanto, essas tecnologias não são neutras, pois também permitiram a disseminação massiva de *fake news* e a manipulação da opinião pública. Apesar desses desafios, a tecnologia continua sendo uma ferramenta vital para promover a inclusão digital e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para comunidades desfavorecidas, desde que seu uso seja regulamentado para maximizar benefícios e minimizar impactos negativos.

2.2 TENDÊNCIAS EMERGENTES NA INCLUSÃO DIGITAL E SEU IMPACTO NAS COMUNIDADES CARENTES

Uma das medidas sanitárias empregadas durante a pandemia do COVID-19 foi o isolamento social, que resultou no fechamento das instituições educacionais de forma abrupta, alterando a abordagem de ensino presencial adotada pelas escolas do Ensino Básico para o que foi denominado de “ensino remoto emergencial” (Valente¹ e Almeida, 2022). Nessa perspectiva, entende-se que devido ao cenário pandêmico tornou-se imprescindível a adoção de práticas e iniciativas que visem tornar mais acessível e inclusivo o uso de ferramentas tecnológicas em comunidades carentes.

A inclusão digital é a maneira de inserir os indivíduos às tecnologias, é a aceitação do livre acesso à informação por meio de projetos e ações que facilitam e dão oportunidades para as pessoas de baixa renda obterem o acesso a essas tecnologias (Souza, 2007). Em contrapartida, há um grande número de indivíduos que não têm acesso a tecnologias, estes são os denominados excluídos digitais, que apresentam-se como os marginais aos meios de acesso à informação e geração de conhecimento (Freire, 2004). Com efeito, estes excluídos, dificilmente se revelam aos processos de alcance de cidadania, de interação social e de consciência do mundo em volta.

Ainda segundo o autor, a importância da inclusão digital está no papel de resgatar os excluídos digitais ao contexto da sociedade da informação, por meio de políticas que visem seu desenvolvimento como um todo. Conseqüentemente, a inclusão digital remete à busca da reflexão do mun-

do e da localidade, das condições de sobrevivência (emprego, alimentação, moradia), do estímulo ao conhecimento renovado e à crítica do já existente e da diminuição das desigualdades sociais.

No Brasil, ainda temos uma boa parte da população carente sem acesso a internet, muitas vezes dificultando o aprendizado e o trabalho de muitos brasileiros que querem ter uma vida melhor, podendo usar a rede ao seu favor. Para muitas comunidades, estar desconectado ainda faz parte da sua realidade. Nessa perspectiva, de acordo com dados da pesquisa TIC Domicílios de 2022, o número de domicílios com acesso à internet no Brasil foi de 80%, em número absolutos, são 60 milhões de domicílios conectados, cerca de 27 milhões a mais que em 2015 (51%) quando a pesquisa começou a ser feita (GOV, 2024).

Ainda segundo a pesquisa, a conectividade dos domicílios é maior na área urbana, sendo 82% das residências com internet. Já na zona rural, a inclusão digital chegou a 68% dos domicílios. A Região Centro-Oeste é a que apresenta maior quantidade de residências com acesso à internet (83%), seguida do Sudeste (82%), Sul (81%), Nordeste (78%) e Norte (76%) (GOV.BR, 2024). Dessa forma, buscou-se identificar iniciativas tecnológicas voltadas à inclusão, com foco no desenvolvimento humano e inserção no mercado de trabalho.

2.2.1 INICIATIVAS TECNOLÓGICAS VOLTADAS À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES CARENTES

Para regularizar e desenvolver iniciativas que visem difundir o acesso a meios tecnológicos e a rede, o governo federal criou, em agosto de 2008, o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, presidido pelos ministérios das Comunicações, Ciência e Tecnologia, Educação, Cultura e Planejamento, Orçamento e Gestão (IPEA, 2024). Nessa perspectiva, identificou que as escolas são uma boa forma de disseminar o acesso a tecnologias em comunidades carentes, não só possibilitando o acesso a equipamentos como computadores, mas também proporcionando aulas de informática, levando conhecimentos técnicos e gerando momentos de lazer e aprendizado (Vale, 2022).

Ainda segundo o autor, o fornecimento de rede via Wi-Fi, gratuitamente em praças para a população garante que mais pessoas tenham acesso às redes, possibilitando que as mesmas tenham maior rentabilidade, podendo fazer disso um ferramenta de trabalho ou de aperfeiçoamento e qualificação. O governo federal possui alguns programas de inclusão social, sendo eles:

- a. **ProInfo:** o Programa Nacional de Tecnologia Educacional, visa levar o uso da tecnologia como ferramenta para agregar pedagogicamente, o ensino público, do ensino fundamental, médio e básico.
- b. **Programa Governo Eletrônico:** Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), esse programa está direcionado para comunidades carentes em estado de vulnerabilidade social.
- c. **Programa Cidades Digitais:** este programa está focado na modernização da gestão, visando uma maior ampliação do acesso aos serviços públicos.
- d. **Programa Wi-Fi Brasil (Gesac):** esse programa é uma parceria entre o Ministério das Comunicações e Telebrás, o mesmo é uma prioridade para as comunidades carentes, na qual sofrem com uma vulnerabilidade social, em todo o país, na qual não tem outra maneira de acessar o mundo da tecnologia.

Contudo, no Brasil a implantação de sistemas digitais tem sofrido dificuldades para se efetivar, cenário que se intensifica nos meios mais carentes, isso devido ao alto custo, cobrados pelas empresas de internet e a falta de estrutura para implementação e difusão dessas tecnologias. Entretanto, a superação desses desafios é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária garantindo, por meio do acesso às tecnologias, a construção de uma sociedade mais qualificada e preparada para o mercado de trabalho.

2.2.2 COMO O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PODE REDUZIR A DESIGUALDADE SOCIAL

O século XX foi marcado por crescente tensão social nos países de industrialização originária em razão da extensão da pobreza no interior da classe operária, esse problema social era parte intrínseca do mundo do trabalho capitalista, no qual a fome, a miséria e as doenças se associavam a uma vida cotidiana marcada por elevadas jornadas de trabalho acompanhadas de baixíssimos salários. Dessa forma, conforme afirma Dedecca (2023), devido a lutas sociais e reivindicações houve uma queda da desigualdade na primeira década do século XXI, isso devido a um processo que teve centralidade na evolução da renda corrente das famílias e de seu poder de compra, tendo sido observado complementarmente melhoria da situação para alguns indicadores sociais.

Contudo de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no primeiro trimestre de 2024, a taxa de desemprego no Brasil era de 7,9%, sendo em números absolutos 8,6 milhões de brasileiros desempregados (IBGE, 2024). Em acordo, segundo Abdala (2024), quando verificado a escolaridade dos desempregados identificou-se que a taxa é maior para aqueles que têm ensino médio incompleto (15,2%) e a menor taxa foi encontrada nas pessoas com ensino superior completo (4,5%). Ademais, nos outros níveis de escolaridade, os índices foram os seguintes: sem instrução (6,7%), fundamental incompleto (8,7%), fundamental completo (10,1%), médio completo (9,9%) e superior incompleto (9,2%).

Dessa forma, pode-se observar uma relação entre o número de desempregados e o nível de escolaridade, o qual, principalmente após a pandemia, tem alta relação com o acesso a rede de internet e a equipamentos eletrônicos. Visto que, pessoas em situação de vulnerabilidade social têm menos acesso a essas tecnologia e assim menos acesso a educação de qualidade e especialização profissional sendo os mais afetados pelo desemprego. Dessa maneira, investir em tecnologia para as comunidades carentes pode se tornar uma aliada para redução do desemprego e consequentemente da desigualdade social.

A Ontopsicologia estuda a lógica do homem real, sadio, responsável e artífice positivo de bem-estar e socialidade. Deste ponto de partida, é possível levar adiante a intenção de elaborar estratégias para a formação e realização de personalidades criativas que possam dar uma contribuição à evolução do contexto social e civil (Meneghetti, 2010; Schaefer, 2020). Dessa forma, segundo Dedecca (2023), há algumas ações que podem ser adotadas para reduzir a desigualdade sendo elas:

A ativação de políticas públicas distributivas que favoreceram os estratos de famílias de menor renda. A valorização do salário mínimo, a geração de empregos, o programa de transferência de renda e a bancarização, em um ambiente de baixa inflação e de evolução menos intensa dos preços dos bens de maior peso no padrão de consumo destas famílias, que deram lastro à redução da desigualdade de renda corrente, bem como permitiram uma ampliação do seu poder de compra em ritmo superior ao observado para sua renda per capita. Ademais, os governos federal e estaduais buscaram ampliar o acesso aos bens e serviços sociais, ativando as políticas sociais e também as de infraestrutura com uma maior preocupação distributiva.

Em conformidade, com o autor deve-se desenvolver e aperfeiçoar políticas públicas que visem atender e amparar as pessoas com menor renda a fim de garantir empregos e salários dignos, fornecendo assim os meios para que essas pessoas tenham acesso a alimentação e moradia adequadas. Ademais, entende-se que programas que visem proporcionar o acesso à educação, saúde e segurança de qualidade e gratuito são de suma importância para construção de uma sociedade mais igualitária. Diante do exposto, torna-se fundamental apresentar o desenho metodológico deste pre-

sente estudo. Diante do exposto, torna-se fundamental apresentar o desenho metodológico deste presente estudo.

3. METODOLOGIA

O presente estudo, classifica-se como descritivo, que conforme Pedroso (2018), tem como objetivo descrever um fenômeno ou situação em detalhe, permitindo abranger com clareza as características de um indivíduo, um grupo ou uma situação, bem como desvendar a relação entre os eventos. Que, tem por finalidade observar, registrar os fenômenos sem se aprofundar. Além disso, se tem uma abordagem qualitativa, que segundo Martins (2004), privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O problema proposto para esta pesquisa foi: Como a tecnologia pode ser utilizada para reduzir a desigualdade social e promover o desenvolvimento humano inclusivo? Nessa perspectiva, pode-se identificar que o acesso a equipamentos tecnológicos e a conteúdos *online* é uma forma de enriquecimento social visto que por meio dos mesmos as pessoas conseguem se aperfeiçoar e conquistar melhores vagas de emprego aumentando assim a renda da família. Ademais, o uso de tecnologia como ferramenta de apoio para difusão do acesso a serviços públicos de qualidade, como educação, saúde e segurança é muito benéfico à sociedade, além de ser um aliado na redução da desigualdade.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar como a tecnologia pode ser utilizada para reduzir a desigualdade social e promover o desenvolvimento humano inclusivo. Para tanto, fixaram-se os objetivos específicos: a) Analisar como a tecnologia pode melhorar o acesso a serviços básicos (educação, saúde, finanças) para populações vulneráveis; b) Avaliar o impacto de programas de inclusão digital em comunidades carentes; c) Explorar iniciativas tecnológicas que promovem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

Considerando o objetivo específico de “Analisar como a tecnologia pode melhorar o acesso a serviços básicos (educação, saúde, finanças) para populações vulneráveis”, conclui-se que inicialmente o governo por meio de políticas públicas deve garantir o acesso a rede de internet e equipamentos eletrônicos de forma gratuitas por meio de fornecimento de *internet* em lugares públicos e de computadores em centros comunitários e escolas. Para que assim os cidadãos dessas comunidades possam utilizar essas ferramentas para ter acesso a conhecimento e serviços ofertados gratuitamente.

Considerando o objetivo específico de “Avaliar o impacto de programas de inclusão digital em comunidades carentes”, conclui-se que apesar de serem poucos projetos em desenvolvimento do país, eles são benéficos a essas comunidades. Visto que, através deles os membros têm acesso a ferramentas e cursos que são ofertados gratuitamente se aperfeiçoando e desenvolvendo não só a si como a todos ao seu redor.

Considerando o objetivo específico de “Explorar iniciativas tecnológicas que promovem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho”, conclui-se que a educação é o ponto de partida, garantir educação gratuita e de qualidade é fundamental, principalmente quando associadas a o uso de tecnologias durante a formação dos jovens. Acrescenta-se ainda que perante a um mercado extremamente competitivo, saber utilizar meios tecnológicos como computadores e *tablets* por exemplo é essencial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, buscou entender os conceitos de desenvolvimento humano, indicadores, malefícios da desigualdade social e impactos resultantes da mesma em comunidades carentes. Além

de investigar como a democratização do acesso a tecnologias e equipamentos tecnológicos podem reduzir a desigualdade e melhorar a vida dessas pessoas, possibilitando uma maior formação e garantindo a inserção competitiva no mercado de trabalho.

As limitações da pesquisa, devem-se primeiramente, ao fato da dificuldade em encontrar documentos e materiais que apresentassem a problemática para embasar o estudo e chegar ao resultado final. Ademais, destaca-se como limitante o período de tempo para desenvolvimento do presente estudo, que por consequência, levou a uma pesquisa mais sucinta e superficial. Desse modo, com um período de tempo maior, os pontos do estudo poderiam ser mais aprofundados e explorados dentro do tema proposto, podendo se estender a uma possível pesquisa de campo.

Como sugestão de ampliação do estudo, poderia ser realizada uma pesquisa aplicada em comunidades carentes, para entender o atual cenário e identificar os meios digitais que os mesmos têm acesso. Além do mais, pode-se desenvolver projetos sociais em parcerias com empresas, instituições governamentais como universidades e institutos e ONGS com a finalidade de proporcionar momentos educativos e de lazer a essas comunidades assim disseminando o uso dessas tecnologias.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, V. **Desemprego é maior entre mulheres e negros, diz IBGE**. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-diz-ibge>>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BATALHÃO, A. *et al.* **Dimensões do desenvolvimento humano: o caso da região de Ribeirão Preto**, SP. Campo Grande, MS. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325501253_Dimensoes_do_desenvolvimento_humano_o_caso_da_regiao_de_Ribeirao_Preto_SP/fulltext/5b1181bc0f7e9b498102a7a3/Dimensoes-do-desenvolvimento-humano-o-caso-da-regiao-de-Ribeirao-Preto-SP.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2024.
- COLARES, L. Relação entre o treinamento e desenvolvimento humano e o melhor desempenho das organizações. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. 2022. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/desempenho-das-organizacoes>>. Acesso em: 20 de jul. 2024.
- DEDECCA, C. **A Redução Da Desigualdade E Seus Desafios**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3383/1/td_2031.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- FREIRE, I. M. **Os Desafios da inclusão digital. Transformação**. Campinas, v. 16, n. 2, p. 189-194, maio/agos. 2004.
- GOV.BR. **80% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet, aponta pesquisa. Ministério das Comunicações**. Disponível em: <[https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/maio/80-dos-domicilios-brasileiros-possuem-acesso-a-internet-apon-ta-pesquisa#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20domic%C3%ADlios%20com,ter%C3%A7a%2Dfeira%20\(16\).>](https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/maio/80-dos-domicilios-brasileiros-possuem-acesso-a-internet-apon-ta-pesquisa#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20domic%C3%ADlios%20com,ter%C3%A7a%2Dfeira%20(16).>)>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- IBGE. Brasileiro. Desemprego | IBGE. Ibg.gov.br. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- IPEA. **Inclusão digital - Banda larga em todo o País** - Embora o governo ainda trabalhe no plano, há várias ações em curso. Ipea.gov.br. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/desafios/>>

SOARES, N. **Educação Transdisciplinar e a arte de aprender: a pedagogia do autoconhecimento para o desenvolvimento humano**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUZA, André. **Inclusão digital**. Disponível em: <http://webinsider.uol.com.br/>. Acesso em: 21 de jul. 2024.

UNICEF. **Educação e Tecnologia: Qual o impacto da tecnologia na educação moderna?** 2024. Disponível em: <https://www.unicef.edu.br/post/educa%C3%A7%C3%A3o-e-tecnologia-qual-o-impacto-da-tecnologia-na-educa%C3%A7%C3%A3o-moderna>. Acesso em: 20 de jul. 2024.

VALE, F. **4 Maneiras de inserir a inclusão digital em comunidades carentes**. 2022. Disponível em: <https://www.ewcursos.com/blog/inserir-a-inclusao-digital>. Acesso em: 21 jul. 2024.

VALENTEL, J. , ALMEIDA, M. **Tecnologias e educação: legado das experiências da pandemia COVID-19 para o futuro da escola**. 2022. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/20220725145804/psi-ano-14-n-2-tecnologias-digitais-tendencias-atuais-futuro-educacao.pdf>. Acesso em: 21 de jul. 2024.